

**Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro**

# **TRIBUTAÇÃO & FAZENDA PÚBLICA**

**Meios Alternativos de  
Cobrança de Tributos como  
Instrumentos de Justiça Fiscal**

Curitiba  
Juruá Editora  
2016

---

Visite nossos sites na Internet  
[www.jurua.com.br](http://www.jurua.com.br) e  
[www.editorialjurua.com](http://www.editorialjurua.com)  
e-mail: [editora@jurua.com.br](mailto:editora@jurua.com.br)

---

**ISBN: 978-85-362-5538-5**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Castro, Eduardo Moreira Lima Rodrigues de.

C355      Tributação & fazenda pública: meios alternativos  
de cobrança de tributos como instrumentos de justiça  
fiscal./ Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro./  
Curitiba: Juruá, 2016.  
228p.

1. Direito tributário. 2. Justiça fiscal. 3. Tributos.  
I. Título.

CDD 343.04 (22.ed.)  
CDU 336.2

000121

---

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS PARA UM ESTUDO COMPLEXO DO DIREITO TRIBUTÁRIO</b> .....	19
1.1 Os Limites do Universo Jurídico .....	19
1.2 A Influência do Paradigma Científico Moderno Sobre a Teoria Pura do Direito.....	22
1.3 O Direito Tributário Como Disciplina Jurídica e Produção Científica no Brasil.....	27
1.4 A Crise do Paradigma Científico Moderno e os Novos Rumos do Direito Tributário Brasileiro .....	31
1.5 Diretrizes Para Um Estudo Complexo das Sanções Políticas e dos Meios Alternativos de Cobrança de Tributos .....	36
<b>2 SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DE ABUSOS FISCAIS</b> .....	43
2.1 Introdução .....	43
2.2 Atividade Financeira do Estado, Tributação e Direito Tributário .....	43
2.3 Noção de Sistema no Direito: A Importância dos Princípios.....	47
2.4 Sistema Constitucional Tributário .....	52
2.4.1 Competência tributária e imunidades tributárias.....	55
2.4.2 Princípios tributários.....	60
2.4.2.1 Legalidade tributária .....	60
2.4.2.2 Isonomia tributária, capacidade contributiva e vedação ao confisco .....	63
2.4.2.3 Não surpresa tributária: irretroatividade, anterioridade e anterioridade nonagesimal.....	67
2.5 Conclusões Parciais .....	71

<b>3</b>	<b>JUSTIÇA FISCAL E O DEVER FUNDAMENTAL DE PAGAR TRIBUTOS: O EQUILÍBRIO DO SISTEMA .....</b>	<b>73</b>
3.1	Introdução .....	73
3.2	A Justiça e o Direito .....	74
3.3	Estado e Justiça Social .....	77
3.3.1	Justiça e bem-estar geral: utilitarismo .....	78
3.3.2	A liberdade como valor supremo da sociedade: os fundamentos do estado liberal.....	80
3.3.2.1	O liberalismo igualitário de Kant e Rawls.....	80
3.3.2.2	O pensamento libertário e o livre mercado.....	86
3.3.3	A teoria marxiana da revolução por meio da luta de classes .....	88
3.3.4	Estado solidário e comunitarismo: oposição à visão individualista liberal e o retorno da virtude .....	91
3.4	O Estado Democrático e Social de Direito Instituído Pela Constituição de 1988 .....	94
3.5	Justiça Fiscal e o Dever Fundamental de Pagar Tributos.....	97
<b>4</b>	<b>OS MÉTODOS CONVENCIONAIS DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E AS SANÇÕES POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS .....</b>	<b>101</b>
4.1	Introdução .....	101
4.2	A Execução Fiscal da Dívida Ativa Tributária .....	102
4.2.1	Noções gerais.....	102
4.2.2	O procedimento executivo: petição inicial, citação pênhora .....	105
4.2.3	O contraditório na execução fiscal.....	106
4.2.4	A extinção da execução fiscal: expropriação patrimonial, pagamento ou declaração da inexistência da dívida .....	109
4.3	A Ação Cautelar Fiscal .....	109
4.3.1	Noções gerais.....	109
4.3.2	Aspectos procedimentais .....	111
4.3.3	Mérito e técnica de efetivação da tutela cautelar fiscal....	112
4.4	Os Resultados da Cobrança Judicial Convencional da Dívida Ativa Fazendária .....	115
4.5	As Sanções Políticas Tributárias .....	117
4.6	Praticabilidade Tributária e a Necessidade de Criação de Novos Instrumentos de Cobrança .....	121

<b>5</b>	<b>OS DIVERSOS MEIOS DE COBRANÇA DE TRIBUTOS COMO INSTRUMENTOS DE JUSTIÇA FISCAL: DESCONSTRUINDO A TEORIA DAS SANÇÕES POLÍTICAS.....</b>	<b>123</b>
5.1	Introdução.....	123
5.2	Sanções Políticas: Repensando Velhas Ideias.....	124
5.2.1	O rol aberto de privilégios e garantias do crédito tributário. Garantias ordinárias e garantias extraordinárias.....	124
5.2.2	Constituição do crédito tributário e inscrição em dívida ativa: unilateralidade x bilateralidade.....	127
5.2.2.1	Constituição bilateral do crédito tributário: consentimento legal.....	128
5.2.2.2	Constituição bilateral do crédito tributário: consentimento específico no momento do lançamento tributário. ....	129
5.2.3	Sobre a supralegalidade e a exclusividade da lei de execução fiscal.....	134
5.2.4	Meios alternativos de cobrança de tributos como instrumentos de proteção da ordem econômica.....	136
5.2.4.1	As duas acepções da expressão “ordem econômica”.....	136
5.2.4.2	Da ordem econômica liberal à ordem econômica social.....	137
5.2.4.3	Sonegação fiscal e ordem econômica.....	141
5.3	Limitações Constitucionais à Instituição de Meios Alternativos de Cobrança de Tributos.....	143
5.3.1	Legalidade.....	143
5.3.2	Respeito ao devido processo legal procedimental.....	145
5.3.3	Isonomia.....	147
5.3.4	Aplicação proporcional da medida e respeito aos direitos fundamentais.....	149
<b>6</b>	<b>MEIOS ALTERNATIVOS DE COBRANÇA DE TRIBUTOS: ESPÉCIES.....</b>	<b>155</b>
6.1	Protesto de Certidão de Dívida Ativa.....	155
6.1.1	Protesto de título e documentos de dívida: noções gerais.....	155
6.1.2	O protesto de certidão de dívida ativa como sanção política tributária.....	157
6.1.3	O protesto de certidão de dívida ativa como instrumento válido de cobrança de tributos.....	159

6.1.4	Novos horizontes jurisprudenciais: o Recurso Especial 1.126.515 .....	163
6.2	O Requerimento de Falência da Empresa Devedora de Tributos ...	165
6.2.1	Introdução .....	165
6.2.2	Admissibilidade dos meios alternativos à execução fiscal para cobrança da dívida ativa tributária .....	166
6.2.3	A falência como mero substitutivo da ação de cobrança ...	166
6.2.4	Da não sujeição da cobrança do crédito tributário a concurso de credores ou habilitação em falência .....	168
6.2.5	A decretação da falência da empresa devedora de tributos como instrumento de proteção do mercado .....	171
6.2.6	Conclusão .....	173
6.3	A Exigência de Apresentação de Certidão Negativa de Débitos e os Cadastros de Inadimplentes Tributários .....	174
6.3.1	O regime jurídico das certidões negativas de débitos tributários .....	174
6.3.2	A instituição de novas hipóteses de exigência de certidão negativa de débitos por lei ordinária .....	176
6.3.3	Os limites para instituição de novas exigências de apresentação de certidões negativas de débitos tributários .....	178
6.3.4	Os Cadastros de Inadimplentes Tributários .....	181
6.4	As Medidas de Dissolução e Cancelamento das Empresas Devedoras de Tributos .....	182
6.4.1	A cobrança de tributos como instrumento de proteção da concorrência .....	182
6.4.2	Da aplicação das sanções previstas na Lei 12.529, de 30.11.2011 às empresas sonegadas de tributos .....	183
6.4.3	O cancelamento da inscrição da empresa fabricante de cigarros no cadastro de contribuintes do imposto sobre produtos industrializados em razão de práticas de sonegação fiscal .....	189
6.4.4	O cancelamento da inscrição da empresa atuante no setor de comércio e distribuição de combustíveis por dívidas tributárias: a Lei 17.617, de 09.07.2013 do Estado do Paraná .....	192
<b>CONCLUSÃO</b> .....		195
<b>REFERÊNCIAS</b> .....		199
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO</b> .....		211